

Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

PROTOCOLADO =PROJETO DE LEI N.º 009/2006 - PM= PROCESSO N.O. OF CM-PALMITAL Rosangela A. Parrilha AS COMISSIPAL PRISIATIVO anoel Eduardo da Sit C. M. Palmital, Presidente

Nº 12/2006

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR CONVÊNIO COM DER- DEPARTAMENTO ESTRADAS DE RODAGEM ESTADO DE SÃO PAULO

A Câmara Municipal APROVA:-

Artigo 1º: Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER), objetivando a execução das obras e serviços de pavimentação da PMT- 440, que liga a R. Sete de Setembro a SP- 270, com extensão total de 5 (cinco) km.

Artigo 2º: Fica o Poder Executivo autorizado a realizar as despesas decorrentes de sua participação na avença, a saber:

- I executar, a suas expensas, as obras e os serviços objeto deste Convênio, que constitui na execução das obras e serviços de terraplanagem, nos prazos e condições estabelecidos no Plano de Trabalho, bem como respeitar os melhores padrões de qualidade e economia;
- II promover, a suas expensas, a liberação do trecho necessário às obras e serviços, implantação de sinalização e fiscalização adequadas ao tráfego;
- III promover, a suas expensas, a remoção de linhas aéreas e/ou subterrâneas que impeçam ou dificultem a execução das obras e serviços;
- IV manter no local de trabalho tanques com capacidade de estocagem e manuseio compatíveis com o material asfáltico a ser fornecido, quando for o caso;
- V entregar, na unidade mais próxima do DER e no mesmo dia do recebimento do material asfáltico, a correspondente nota fiscal, quando for o caso.
- VI garantir a afixação de placas indicativas da participação do Governo do Estado de São Paulo, por meio do DER, em lugares visíveis nos locais de execução dos projetos e consoante legislação específica que rege a matéria;
- VII prestar contas ao DER do andamento das obras e serviços deste Convênio, sem prejuízo do atendimento das instruções específicas do Tribunal de Contas;



Prefeitura Municipal de Palmital Estado de São Paulo

VIII elaborar, a suas expensas, os estudos ambientais necessários com a finalidade de obter as respectivas licenças para o empreendimento;

IX - liberar as áreas de empréstimo e/ou bota foras necessárias para execução das obras e serviços;

X - responder pelos danos causados a terceiros e à propriedade alheia decorrente da execução das obras e serviços, salvo se tais danos advierem de atuação dolosa ou culposa do executor.

> Parágrafo único - A não aplicação do material fornecido pelo DER na execução do objeto deste Convênio implica sua devolução ou do valor correspondente ao preço praticado no mercado, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da denúncia, rescisão ou extinção.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, 03 de

março de 2006.

Reinaldo Custódio da Silva =PREFEITO MUNICIPAL=

Manoel Eduardo da Silva Presidente

Manoel Eduardo da Silva Presidente

Rosangela A. Parrilha

Oficial Legislativo



Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

PALMITAL Coda vez melhor

=PROJETO DE LEI N.º 009/2006 - PM=

JUSTIFICATIVA:-

Excelentíssimo Senhor Presidente Nobres Pares

É com imensa satisfação que encaminhamos para apreciação deste Legislativo o presente Projeto de Lei que trata da autorização para firmar convênio com o DER para pavimentação da PMT- 440, com extensão de 5 km, ligando a R. Sete de Setembro à Rodovia Raposo Tavares. Trata-se de antiga reivindicação da população e mais uma conquista de nossa administração que vem incansavelmente buscando alternativas de desenvolvimento para a cidade, sempre colocando à disposição dos órgãos competentes para firmar e estreitar laços de parceria.

Desta forma é que pretendemos firmar este convênio onde a prefeitura de Palmital entra com os serviços de terraplanagem e o DER como o material e serviço de pavimentação.

Portanto por tratar-se de importante conquista para nossa população e considerando que todos os convênios a serem firmados com o Estado neste ano eleitoral requerem urgência solicitamos gentilmente que este Projeto seja votado dentro do menor prazo possível.

Pela compreensão e participação em mais esta importante conquista agradecemos.

Reinaldo Custódio da Silva =PREFEITO MUNICIPAL=

LEI MUNICIPAL AUTORIZANDO O CONVÊNIO - Repasse de Material

	PREFEITURA MUNICIPAL DE			
	CGC	_		
	Rua	_ nº	CEP:	Fone:
	CIDADE :	SP		
LEI 1	N° /			
	(Autoriza o Poder Exec	utivo a	celebrar con	vênio com o DER)
	18.	C-14- AA		
le	gais, FAZ SABER que a Câmara Mu	nicipal	unicipai de u: de	sando de suas atribuições
е	ele sanciona e promulga a seguinte l	Lei:		, aprovou
de _ Artig	ao			
	executar, a suas expensas, as obra constitui na execução for aplanagem, Plano de Trabalho, bem como res economia;	das nos p	obras razos e con	e serviços de dições estabelecidos no
11 -	promover, a suas expensas, a lil serviços, implantação de sinalização	beração e fisca	o do trecho ilização adeq	necessário às obras e juadas ao tráfego;
	promover, a suas expensas, a remo impeçam ou dificultem a execução d	oção de	linhas aérea	as e/ou subterrâneas que
IV -	manter no local de trabalho tanques compatíveis com o material asfáltico			
	entregar, na unidade mais próxima material asfáltico, a correspondente			

- VI garantir a afixação de placas indicativas da participação do Governo do Estado de São Paulo, por meio do DER, em lugares visíveis nos locais de execução dos projetos e consoante legislação específica que rege a matéria;
- VII prestar contas ao DER do andamento das obras e serviços deste Convênio, sem prejuízo do atendimento das instruções específicas do Tribunal de Contas;
- VIII elaborar, a suas expensas, os estudos ambientais necessários com a finalidade de obter as respectivas licenças para o empreendimento;
- IX liberar as áreas de empréstimo e/ou bota foras necessárias para execução das obras e serviços;
- X responder pelos danos causados a terceiros e à propriedade alheia decorrente da execução das obras e serviços, salvo se tais danos advierem de atuação dolosa ou culposa do executor.
- Parágrafo único A não aplicação do material fornecido pelo DER na execução do objeto deste Convênio implica sua devolução ou do valor correspondente ao preço praticado no mercado, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da denúncia, rescisão ou extinção.

 de	de	

Estudos amb untais Comunicas confrontantes dusta area